



UNIOESTE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
Campus de Foz do Iguaçu

IONARA CRISTINE ORSO JAKOVACZ

**CONSELHO DE CLASSE: A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO
PEDAGÓGICO?**

FOZ DO IGUAÇU – PR
2006

IONARA CRISTINE ORSO JAKOVACZ

CONSELHO DE CLASSE: A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO
PEDAGÓGICO?

Monografia apresentada à Unioeste
– Universidade do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do
título de Especialista em
Fundamentos Filosóficos e Políticos
da Educação, sob a orientação da
Professora Mestre Janaína de
Mattos Almeida.

FOZ DO IGUAÇU – PR
2006

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido, Carlos, com quem divido alegrias e tristezas, e que foi o apoio necessário nos momentos de dúvidas e incertezas, dando-me força a continuar. Amo você.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que merecem destaque nesta página tão especial.

Primeiramente agradeço a Deus, que me iluminou nesse processo, dando-me força e discernimento para vencer os momentos difíceis.

Aos meus pais, que mesmo distantes, sempre me incentivaram e apoiaram nos estudos.

A minha irmã Débora, que muitas vezes ligava em meio a leituras e escritas, porém entendia a correria do meu dia-a-dia.

A minha sogra, aos cunhados e cunhadas, também distante que cobravam maior presença da família. Obrigada pela compreensão.

Aos professores desta banca, por terem aceitado este compromisso e por serem também exemplo de profissionais da educação. Admiro vocês.

À professora e orientadora Janaína de Mattos Almeida, pelo acompanhamento e revisão de estudo, pelas críticas e “puxões de orelha” que propiciaram um maior aprofundamento nas questões centrais da pesquisa. Aprendi muito contigo.

Obrigada!

RESUMO

Não podemos falar em Conselho de Classe, sem nos remetermos à avaliação, visto que a prática dos mesmos é uma forma avaliativa. As reuniões de Conselho de Classe poderiam ser partes do processo avaliativo que transformaria a escola, através do rendimento escolar dos alunos e professores. No entanto, convém dizer, que o trabalho pedagógico no interior da escola pública vem se resumindo ao longo dos anos na apresentação dos objetivos do Conselho de Classe, por parte da Equipe Pedagógica ou da Direção da escola. Entre eles o mais freqüente é o de analisar a situação das turmas quanto ao rendimento escolar e disponibilidade para a aprendizagem. Também, tem sido o momento em que se apresentam dados quantitativos coletados pela secretaria através de notas e faltas obtidas em cada disciplina, situação esta que não apresentou consideráveis mudanças desde sua implantação. Sendo esta uma forma de avaliação sem apresentação de resultados efetivos para o progresso no processo de ensino-aprendizagem, pois somente são analisados os dados quantitativos que podem resultar aprovação ou retenção de um aluno. Sendo, portanto, o Conselho de Classe parte do processo avaliativo da escola, e a avaliação a oportunidade de rever práticas pedagógicas, este deveria ser um dos responsáveis em possibilitar o desenvolvimento do aprendizado do aluno, uma vez que através da discussão coletiva entre direção, pedagogos, professores, alunos e pais, poderiam se encontrar mecanismos que viessem a facilitar o bom desempenho dos alunos e professores em sala de aula. Dessa forma pais e alunos participariam do processo avaliativo da escola, contribuindo para que o trabalho pedagógico pudesse demonstrar uma maior integração entre teoria e prática, entre ensino e aprendizagem, entre problema e solução, buscando garantir a real aprendizagem dos alunos. Assim, a idéia de que os Conselhos de Classe guardam em si a possibilidade de articular diversos segmentos da escola, fazem com que essa instância seja um espaço privilegiado na organização do trabalho escolar, pois através dele é possível, ou deveria ser possível, articular teoria e prática, aproximar escola e comunidade e o mais importante, em um espaço democrático do trabalho o coletivo.

Palavras-chave: Conselho de Classe, avaliação, aprendizagem, participação.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>7</u>
<u>1. CONSELHOS DE CLASSE: UM BREVE HISTÓRICO.....</u>	<u>14</u>
<u>1.1. Contexto educacional da década de 70</u>	<u>14</u>
<u>1.2. A implantação dos Conselhos de Classe nas escolas brasileiras.....</u>	<u>18</u>
<u>2. O COTIDIANO DO TRABALHO ESCOLAR: DA AVALIAÇÃO NA SALA DE AULA À AVALIAÇÃO NO CONSELHO DE CLASSE.....</u>	<u>20</u>
<u>2.1. A aprendizagem escolar.....</u>	<u>21</u>
<u>2.2. A avaliação da aprendizagem.....</u>	<u>24</u>
<u>2.3. O Conselho de Classe e o processo avaliativo.....</u>	<u>26</u>
<u>3. O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: ALGUNS INDICATIVOS.....</u>	<u>39</u>
<u>3.1. O Conselho de Classe Participativo.....</u>	<u>39</u>
<u>3.2. Resultado da pesquisa.....</u>	<u>41</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>53</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</u>	<u>58</u>
<u>APÊNDICE.....</u>	<u>60</u>
<u>ENTREVISTA.....</u>	<u>61</u>
<u>ANEXOS.....</u>	<u>62</u>
<u>ANEXO 1 – Decreto que Regulamenta o PREMEN.....</u>	<u>63</u>
<u>DECRETO Nº 63.914, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1968.....</u>	<u>64</u>
<u> Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências.....</u>	<u>64</u>
<u>ANEXO 3– Ficha utilizada no Conselho de Classe Participativo com os professores da Escola A.....</u>	<u>69</u>
<u>ANEXO 4 – Ficha utilizada no Conselho de Classe Participativo da Escola B.....</u>	<u>71</u>
<u>ANEXO 5 – Ficha utilizada no Conselho de Classe Participativo do 3º bimestre da Escola B.....</u>	<u>73</u>

INTRODUÇÃO

O estudo que ora é apresentado tem como objeto de pesquisa os Conselhos de Classe desenvolvidos no interior das escolas públicas, em especial na rede estadual de ensino paranaense.

O objetivo central dessa pesquisa é analisar como esse órgão colegiado instituído há mais de trinta anos nas escolas, tem contribuído para a organização do trabalho pedagógico, bem como, discutir o papel dos professores, da direção escolar, dos pais, dos alunos e principalmente dos pedagogos¹, nesse órgão colegiado.

Considera-se no entendimento desse trabalho e a partir dos autores² críticos pesquisados como Rocha, Dalben, Paro e Luckesi que o trabalho coletivo que propõe os Conselhos de Classe deveria possibilitar um maior envolvimento do todo, ou seja, um maior envolvimento não só de diretores, pedagogos, professores e alunos, mas sim da comunidade. Fato que possibilitasse aos pais a participação no processo educativo de seus filhos, participação esta que pode demonstrar uma maior integração entre teoria e prática, entre ensino e aprendizagem, entre problema e solução, buscando, quem sabe, garantir a real aprendizagem dos alunos.

O presente trabalho está aparado no método do materialismo histórico dialético, a partir das múltiplas determinações de uma sociedade dividida em classes.

A pesquisa foi realizada na Rede Estadual de Educação com a pretensão de explicitar práticas educacionais no interior da escola em relação aos

¹ Nas escolas pesquisadas os professores são concursados para a função de pedagogo. Em muitas escolas brasileiras o pedagogo responsável pela articulação do trabalho pedagógico é um professor de outra área chamado de coordenador pedagógico ou supervisor escolar.

² Rocha(1986), Dalben (1994;2004), Paro (2002) e Luckesi (2002)

Conselhos de Classe, tomando como objeto de estudo dois colégios, um de grande porte e outro de médio porte, ambos com Ensino Fundamental, localizados no município de Foz do Iguaçu, também foram realizadas entrevistas³ com pais, alunos, professores, pedagogas, com o objetivo de aproximar a teoria da prática, ou seja, analisando a vivência dos envolvidos na relação à realização dos Conselhos de Classes e as leituras revisadas.

Entretanto, percebe-se que os Conselhos de Classe vem se resumindo ao longo dos anos em “sacramentar”⁴ o baixo rendimento escolar dos alunos e sua (in) disponibilidade de ater-se aos problemas individuais de cada aluno. E ainda, na maioria das vezes os Conselhos de Classe, não contam com a participação da comunidade escolar, resumidos pela presença de alguns professores da turma que está sendo aferida ou submetida ao Conselho de Classe. Também tem sido o momento em que se apresentam dados quantitativos coletados pela secretaria através de notas e faltas obtidas em cada disciplina, situação esta que se pode constatar a partir da pesquisa bibliográfica e de campo e que não apresentou muitas mudanças desde sua implantação.

Neste sentido, a escola sendo um espaço social e, portanto, político, não pode deixar de possibilitar a construção de um espaço verdadeiramente democrático-participativo. Democrático, entendido aqui no cerne da palavra segundo o dicionário de Filosofia (2003): “regime político em que o povo, isto é, o conjunto de cidadãos, detém a soberania”. Portanto, convém dizer que cabe também à escola proporcionar esse espaço de participação do povo, e neste caso da comunidade escolar.

³ Foram entrevistados: 12 pais de alunos, 37 alunos, 15 professores e 3 pedagogas.

⁴ “_____” (grifos da autora)

Entende-se que essa participação não é imposta, e o Conselho de Classe passa a ser uma possibilidade de discussões coletivas, na busca da unidade do trabalho pedagógico, principalmente contribuindo para o cumprimento da função social da escola, ou seja, com o conhecimento. Buscando superar as faces de um instrumento legitimador do fracasso escolar.

Porém, de acordo com Dalben (1994), o Conselho de Classe tem demonstrado que a articulação dos professores não acontece, ficando cada um na sua perspectiva individual de análise, na ótica de sua disciplina, sendo reproduzida a organização do trabalho escolar nos trabalhos dos Conselhos de Classe. Isso fica claro, em reuniões quando percebe-se que os professores estão preocupados em saber somente o que o Pedagogo, ou a Direção da escola irá fazer para solucionar os problemas que acabam por gerar o baixo rendimento escolar dos alunos, não estando preocupados em saber por que tais problemas acontecem e como fazer para solucioná-los, ou seja, a avaliação coletiva e o trabalho coletivo e participativo, na prática, não têm acontecido, o que acaba por gerar resultados negativos quanto à eficácia dos Conselhos de Classes.

Tal problemática explica-se numa sociedade dividida em classes, em que a escola acaba reproduzindo os princípios do capital, entre eles, o trabalho individual, parcelado, fragmentado.

Entretanto, a participação da comunidade escolar poderia realmente fazer a diferença, pois estaria contribuindo para que o processo de ensino-aprendizagem se efetivasse, mesmo no limite do capital, há possibilidades, segundo as reflexões de Dalben (1994). Considerando Vasques, a autora supra citada intensifica seus argumentos quando coloca que somente com a reflexão consciente e coletiva em conformidade com projetos e objetivos

comuns “poderá criar condições para a geração de novas estruturas” (Vasques, 1977:172)

Considera-se no entendimento desse trabalho que o Pedagogo é o articulador do trabalho pedagógico e como tal, uma de suas funções é atuar junto aos órgãos formuladores das políticas educacionais, assegurando diretrizes e procedimentos, garantindo o cumprimento dos princípios e objetivos da educação escolar.

Segundo Pimenta (2002), o Pedagogo estará prioritariamente no exercício da prática pedagógica quando estiver com o coletivo dos participantes da prática educativa, orientando, esclarecendo, conscientizando e produzindo elementos (teorias e ações) para a transformação do sujeito, das práxis e das instituições. Transformação esta que inclui o desenvolvimento efetivo dos Conselhos de Classes, conselhos estes que acontecem na maioria das vezes em final de bimestre e que poderiam passar a significar o resultado de um trabalho coletivo efetivo. Porém, na prática das escolas constata-se que o pedagogo tem atuado, na maioria das vezes, como um organizador de reuniões, que após o Conselho tabula os dados coletados e faz os encaminhamentos que julga serem necessários para a resolução dos problemas levantados, muitas vezes determinados, muito mais por questões disciplinares, do que aprendizagem dos alunos.

A preocupação, até aqui apresentada, é justamente de que o Conselho de Classe enquanto órgão constituinte, estabelecido por meio do Regimento Escolar deveria ser o momento em que pais, alunos, professores, equipe pedagógica e diretores, pudessem de acordo com os objetivos já citados, apontar soluções para os problemas, sugerir encaminhamentos e procedimentos

para que assim o trabalho pedagógico de toda a escola pudesse fluir de forma a apresentar resultados concretos quanto à superação das dificuldades de ensino-aprendizagem, bem como, solidificando na escola maior participação dos alunos. Participação esta, na maioria das vezes solidificada pela participação em eventos da escola com apresentações artísticas ou mesmo, resumida, na manutenção da mesma.

A Participação efetiva dos alunos na organização do trabalho pedagógico poderia ser marcada pelo seu envolvimento com questões pertinentes ao processo de ensino aprendizagem, não descartando as atividades culturais, mas possibilitando aos alunos contribuir para a função social da escola. E uma dessas possibilidades pode ser a sua participação nos Conselhos de Classes, no entanto, uma participação que envolva discussões juntamente com os docentes, uma vez que o aluno é o foco das discussões, ou seja, é parte do processo avaliativo no momento da realização do Conselho de Classe.

Da mesma forma, além de repensar, a partir do levantamento das dificuldades, novas formas de encaminhamento pedagógico, priorizando o trabalho coletivo como forma de tentativa de superação das dificuldades principalmente no relacionamento professor-aluno. “(...) outra característica fundamental do Conselho de Classe é configurar-se como espaço interdisciplinar de estudo e tomadas de decisão sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola, e nesse sentido é um órgão deliberativo”. (DALBEN, 2004: 33). Ou seja, a idéia de que os Conselhos de Classe guardam em si a possibilidade de articular diversos segmentos da escola, fazem com que essa instância seja um espaço privilegiado na organização do trabalho escolar e de decisão, juntamente com o

Conselho Escolar⁵ dando a possibilidade de articular teoria e prática, aproximar escola e comunidade e o mais importante, em um espaço democrático e concreto da unidade escolar.

Busca-se, no entanto, com esse estudo compreender melhor os encaminhamentos e os princípios que fundamentam a concepção de “Conselho de Classe” na escola pública. Sendo assim o trabalho está organizado em três capítulos:

1. *Conselhos de Classe: um breve histórico:* nesse capítulo serão apresentados os fatos que levaram a implantação dos Conselhos de Classe nas escolas públicas, na década de 70 visto que em plena Ditadura Militar o autoritarismo comandava entre tantas instâncias a educação e o desenvolvimento de métodos pedagógicos que garantissem ou procurassem garantir o chamado ensino de qualidade técnico, necessário às exigências do mercado da época.

2. *O cotidiano do trabalho escolar: da avaliação na sala de aula à avaliação no conselho de classe:* Nesse segundo capítulo será explanado a aprendizagem escolar através dos métodos avaliativos e como este tem interferido no cotidiano do trabalho escolar, pois, sempre que nos remetemos aos Conselhos de Classe estamos efetivamente nos remetendo ao processo de ensino-aprendizagem e conseqüentemente as práticas avaliativas desenvolvidas tanto pelo professor quanto pela escola na classificação e reclassificação de seus alunos.

⁵ Instância responsável pela execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, além de discutir e delinear a educação a ser construída, ouvindo os diversos segmentos sociais e debatendo com eles os problemas que afetam o dia-a-dia da escola, na busca de soluções. (www.diaadiaeducacao.pr.gov.br) – Fazem parte do deste órgão colegiado, através de eleição todos os segmentos da comunidade escolar: direção, equipe pedagógica, professores, funcionários, alunos e pais. (Deliberação 016/9)

3. *O conselho de Classe Participativo: alguns indicativos:* Nesse capítulo serão apresentados os resultados obtidos através da pesquisa de campo, desenvolvida em duas escolas da rede estadual de ensino público paranaense, na região oeste do Estado. Foram analisadas Atas dos Conselhos de Classes, entrevistas semi-estruturadas com a comunidade escolar e com os profissionais da escola com o propósito de compreender como esta prática acontece no interior da escola. As escolas pesquisadas apresentam características distintas: uma é de grande porte e com trinta anos de existência, a outra é uma escola de médio porte com apenas quatro anos de funcionamento, ambas localizadas na região oeste do Estado do Paraná.

Ao final serão apresentadas algumas considerações que esse estudo permitir.

A finalidade, portanto, a que se propõe ao realizar este trabalho é de pesquisar sobre os Conselhos de Classe, e analisar como este órgão dentro da escola pode e tem contribuído para que a função social da escola seja realmente garantida.

Para tanto o presente trabalho está aparado no método do materialismo histórico dialético, a partir das múltiplas determinações de uma sociedade dividida em classes, ou seja, sociedade esta que reproduz os interesses do capital. No entanto, esse processo não se faz de um dia para o outro, por isso a tentativa de que o Conselho de Classe possa ser a ressignificação do processo político-pedagógico através da articulação das alterações necessárias ao processo de ensino-aprendizagem.

1. CONSELHOS DE CLASSE: UM BREVE HISTÓRICO

1.1. Contexto educacional da década de 70

Segundo Habert (2000), a história do Brasil nos anos 70 esteve marcada pelo apogeu e pela crise da ditadura militar, crise econômica e política. A prioridade do Estado era o mercado, a acumulação de capital e não a educação, prioridade esta ainda presente nos dias atuais. Os raros projetos voltados para educação tinham vícios estruturais, e os recursos perdiam-se no meio da burocracia. Exemplos são os programas e ações para as populações mais pobres do norte.

“Na era do ‘Brasil Grande’ e do ‘milagre econômico’, os ‘grandes projetos’ eram anunciados com muito estardalhaço por todo o território nacional, procurando promover uma imagem empreendedora do governo, criar um clima de progresso e satisfação social”. (Habert, 2000:22).

A questão social passa a substituir o discurso da segurança nacional. A educação torna-se uma aliada na colaboração com o projeto desenvolvimentista tecnocrático, atenuando e acentuando as contradições do modelo econômico. Projetos como o MOBRAL⁶ e o Projeto Rondon⁷, atraíam jovens estudantes que acabavam envolvendo-se na ideologia do “Brasil Grande”. Exemplos como estes, de modelo de gestão da educação, que perduram até hoje.

De acordo com o autor acima citado, nas escolas os estudantes, assim como professores, sofriam uma forte repressão se não respondessem aos

⁶ MOBRAL: Movimento Brasileiro de alfabetização

⁷ O Projeto Rondon é uma ação governamental que envolve vários ministérios visando ao fortalecimento de políticas públicas. Criado em 1967, o projeto levou estudantes e professores de instituições de ensino superior a desenvolver trabalhos sociais nas regiões mais carentes do País até 1989. (Fonte: www.portal.mec.gov.br)

ideais do Estado. Em nome da chamada “Segurança Nacional” foram implantados nas escolas e universidades regimentos autoritários, aulas vigiadas e currículos previamente selecionados.

“Desde 1969, decretos tornaram obrigatório incluir disciplinas de educação moral e cívica em todos os níveis de ensino. O conteúdo destas matérias, oficialmente definido dentro dos marcos da ideologia da ‘Segurança Nacional’ e influenciado pelas concepções integralistas, encobria a existência de conflitos sociais no Brasil e exaltava o culto da Pátria, da religião, das Forças Armadas, das leis e instituições vigentes” (Habert, 2000:30).

Ainda, o autor aponta que, por conta das garantias proporcionadas pelo regime político e pela certeza de lucros fabulosos, os bancos internacionais tinham dado “sinal verde” à liberação de créditos ao “País do milagre”. O estilo centralizador de controle das fontes de financiamento, o clientelismo na distribuição dos recursos, o atendimento de prerrogativas do Banco Mundial influenciaram todo o sistema econômico e político do país, entre esses sistemas, a educação estava presente.

Para sobreviver em meio às exigências internas do mercado uma lei complementar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4024/61, foi promulgada, a Lei Federal 5692/71 que vinha fixar as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Lei que reformulou o ensino em importantes aspectos tais como: tornou-se obrigatório a escolaridade para crianças entre 07 e 14 anos, o Ensino Fundamental passou a ser realizado em oito anos, extinguiu o exame de admissão ao ginásio, o ensino secundário passou a ser de três ou quatro anos e voltado ao ensino técnico, ou seja, a lei passou a fixar o objetivo geral para a educação como afirma o seu art. 1º:

“O ensino de 1º e 2º grau tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas

potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Lei Federal 5692/71).

Pode-se dessa forma perceber que um dos objetivos da chamada Reforma Educacional, era formar cidadãos aos moldes do governo ditatorial vigente através de trabalhadores qualificados para o mercado de trabalho, visto que o ensino secundário passou a ser voltado ao Ensino Técnico Profissionalizante que atendesse a demanda desse mercado.

“Essa lei surge para dirigir o sistema escolar por meio de um processo político pautado pelo autoritarismo, sem a participação de setores representativos da nacionalidade. Ela vem definir uma nova estrutura para o sistema educacional, reunindo num só os diversos ramos existentes anteriormente (secundário, comercial, industrial agrícola e normal), além de propor a profissionalização do educando” (DALBEN, 1994:28).

Em meio a um processo de instrumentalização e desenvolvimento econômico, começam a faltar vagas nas escolas públicas de todo o país, de acordo com alguns aspectos que permearam a conjuntura política-educacional do Brasil, no contexto histórico que precedeu a implantação da nova Lei.

O final da década de 1960 e início da década de 1970 firmaram-se no panorama educacional com a substituição do ideário pedagógico europeu pela interferência americana do acordo MEC⁸/Usaid⁹.

“Por esse acordo, a Usaid propunha-se prestar serviços de consultoria ao MEC e às secretarias de Estado, objetivando o planejamento do ensino secundário no âmbito federal e estadual, e estes, conseqüentemente, no âmbito municipal”. (DALBEN, 1994:29)

⁸ MEC: Ministério da Educação

⁹ USAID: United States Agency for International Development

Uma das resultantes desse acordo foi à instituição do Premen¹⁰. O programa tinha como objetivo especial (Art 1º - decreto 63.914/68) “incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio”.

Foi, porém, através desse acordo e com a implantação da Lei Federal 5692/71, que surgiu a possibilidade de trazer para o interior da escola os Conselhos de Classe, uma vez que a implantação desse modelo de escola não se deu de forma clara, gerando dúvidas quanto a sua operacionalização. Cabia assim aos Conselhos Estaduais de Educação dar o suporte para a concretização da melhoria do ensino, possibilitando uma maior participação dos profissionais da educação no desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

“(…) os Conselhos Estaduais de Educação, com base em pedidos de esclarecimentos sobre a referida lei, produziram pareceres e resoluções orientadores, que de certa forma encaminhavam as discussões para a formalização de uma instância de avaliação coletiva na escola, do tipo do Conselho de Classe”. Conclui-se que o novo modelo de escola foi formalmente implantado através dos novos regimentos escolares elaborados pelas escolas, que passaram a orientar o seu funcionamento; nesses regimentos, encontra-se o Conselho de Classe como um dos órgãos instituídos”. (DALBEN, 1994:31).

Dessa forma, o Conselho de Classe passou a fazer parte da escola como um órgão instituído, tendo suas atribuições estabelecidas através dos Regimentos Escolares¹¹, regimentos estes que são elaborados pelas escolas de acordo com a sua realidade.

¹⁰ Premen: Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – regulamentado pelo Decreto 63.914, de 27/12/68 (documento anexo) e com ele a tentativa de trazer para o Brasil o modelo de Escola Americana. As finalidades desse programa eram, entre tantas outras, atender às necessidades de ampliação da oferta de matrícula na área do ensino médio, visto que o país necessitava de mão-de-obra para atender às indústrias e propor alternativas de reformulação da estrutura da escola média por meio da implantação de um modelo novo de escola de 1º ciclo. Esse modelo de escola foi implantado em vários estados brasileiros, um exemplo próximo está na cidade de Toledo, região oeste do Paraná, escola ainda em funcionamento e que diferentemente de outras escolas estaduais, atende somente alunos do ensino médio, com cursos profissionalizantes e de formação geral. Essa escola chegou a oferecer mais de dez cursos em nível profissional, entre eles os técnicos em: mecânica, administração, secretariado, química, auxiliar de enfermagem, e habilitação para o magistério. Hoje atende apenas alunos do ensino médio e da modalidade Normal.

¹¹ No sistema estadual de ensino paranaense através da Deliberação 016/99 do CEE/PR

1.2. A implantação dos Conselhos de Classe nas escolas brasileiras

Segundo os estudos de Rocha (1986), o Conselho de Classe teve sua origem na França por volta de 1945, surgindo pela necessidade de um trabalho interdisciplinar com classes experimentais. Por ocasião da Reforma do Ensino Francês em 1959, foram instituídos três tipos de conselhos: o conselho de classe (no âmbito da turma), o conselho de classe (no âmbito do estabelecimento) e o conselho departamental de orientação (no âmbito geral). O objetivo desses conselhos era organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos, a fim de oferecer a cada um, o ensino que correspondesse aos seus gostos e aptidões. Os pareceres desses conselhos serviam para orientar o acesso dos alunos as diversas modalidades de ensino (clássico e técnico).

Essa experiência francesa foi vivenciada por educadores brasileiros que trouxeram a idéia para o Brasil,

“A experiência pioneira teve lugar no colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp) como consequência de um estágio realizado em Sévres, em 1958, por um grupo de três orientadoras educacionais e sete professoras, com o objetivo de estudar as classes experimentais tais que haviam sido introduzidas no ensino francês desde 1945”. (ROCHA,1986:17/18)

De acordo com Dalben (1994), a expansão formal do Conselho de Classe no Brasil começou a partir da Lei Federal 5692/71, mais especificamente em seu art.64 que define: “Os Conselhos de Educação poderão autorizar

experiências pedagógicas, com regimes diversos dos prescritos na presente lei, assegurando a validade dos estudos assim realizados”.

A Lei que surgiu para dirigir o sistema escolar por meio de um processo político pautado pelo autoritarismo, sem a participação de setores representativos da comunidade escolar, tinha por objetivo formar o indivíduo treinável, instrumentalizado, apto para o mercado de trabalho.

Indivíduo este que a sociedade em pleno desenvolvimento exigia, como podemos constatar no artigo 4º § 1º da citada lei: “A preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, será obrigatória no ensino de 1º e 2º graus e constará dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino”. (Lei Federal 5692/71)

A implantação do Conselho de Classe anteriormente à Lei 5692/71 não se apresentava como instância formalmente instituída na escola, acontecendo, como afirma Firme (1978) apud Rocha (1986), de forma espontânea.

“Com efeito, a lei 4.024/61, já abria perspectiva de renovação e autonomia para a utilização de novos métodos pedagógicos, desencadeando nas escolas, a necessidade de criação de um mecanismo ou de um processo capaz de levar professores a emitir um juízo mais completo a respeito do rendimento escolar de cada aluno” (ROCHA, 1986: 26).

Dalben esclarece ainda que, os Conselhos de Classe sempre representaram as políticas educacionais mais amplas, atendendo muitas vezes até as exigências que determinaram a porcentagem de aprovados e reprovados a nível estatístico. Sua implantação ocorreu indiretamente por meio de orientações vindas do modelo de escola proposto pelo Premen, que apresentava o Conselho de Classe como órgão constituinte da escola e funcionava como forma de reunião

avaliativa em que, direção, professores, orientadores e supervisores, analisavam rendimento escolar de seus alunos.

“Nesse contexto, o papel político dos Conselhos de Classe era o de reforçar e de legitimar os resultados dos alunos, como veredictos finais, acabados, já fornecidos pelos professores e registrados em seus diários. Os próprios professores não trocavam suas ansiedades e dificuldades com o trabalho docente, não discutindo entre si as diferenças de posicionamento, e tudo transcorria numa relação individualizada e de isolamento profissional”. (DALBEN, 2004:36)

O Conselho de Classe, hoje, faz parte da organização da escola, constando no Regimento Interno de cada estabelecimento de ensino. É considerado um órgão colegiado, e tem como objetivo a possibilidade dos professores de diversas disciplinas, juntamente com o Pedagogo e a Direção do Estabelecimento de Ensino reunirem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico de todas as séries e turmas da escola. Assim pode-se dizer que o Conselho de Classe foi instituído historicamente como uma instância avaliativa do processo de ensino-aprendizagem. “Quando se discute o Conselho de Classe, discutem-se também as concepções de avaliação escolar presentes nas práticas dos professores e discutem-se também a cultura escolar e a cultura da escola que as vem produzindo.”. (DALBEN, 2004:69)

Sendo assim, há necessidade de compreender e conceituar aprendizagem e avaliação para melhor estudar e entender os Conselhos de Classe.

2. O COTIDIANO DO TRABALHO ESCOLAR: DA AVALIAÇÃO NA SALA DE AULA À AVALIAÇÃO NO CONSELHO DE CLASSE

O cotidiano do trabalho escolar envolve a aprendizagem e consequentemente a avaliação escolar, dessa forma é preciso conceituá-las, uma vez que ambas são partes integrantes na realização dos Conselhos de Classe.

Sendo assim, este capítulo apresentará o processo da aprendizagem escolar no entendimento de autores como: Vygotsky (1993 e 1994) e Rego (1996) e a avaliação da aprendizagem segundo Luckesi (2002), pois ambos os conceitos (aprendizagem e avaliação) são partes integrantes na realização dos Conselhos de Classe.

2.1. A aprendizagem escolar

Segundo Rego (1996), apoiada nas análises de Vygotsky, a aprendizagem é entendida como uma mudança no desempenho de atividades, das capacidades intelectuais do ser humano, portanto ela está inter-relacionada com o desenvolvimento cognitivo: é a aquisição de novas técnicas que possam facilitar o cotidiano do sujeito. Pode-se assim dizer que a aprendizagem é um aspecto necessário e fundamental no processo de desenvolvimento do aluno, que com a ajuda de alguém, e neste caso a do professor, pela mediação, passa a realizar e a dominar atividades antes pouco conhecidas. “O desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que realiza num determinado grupo cultural, a partir da interação com outros indivíduos da sua espécie”. (REGO, 1996:71).

Vale lembrar, porém, que a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar. Ela aprende desde seu primeiro dia de

vida, e com base nisso pode-se dizer que a aprendizagem escolar parte sempre da construção histórica do homem, que não nasce sabendo, mas que aprende através da mediação com outro ser humano.

“No entanto, já no período de suas primeiras perguntas, quando a criança assimila os nomes de objetos em seu ambiente, ela está aprendendo. De fato, por acaso é de duvidar que a criança aprende a falar com adultos; ou que, através da formulação de perguntas e respostas, a criança adquire várias informações, ou que, através da imitação dos adultos, através da instrução recebida de como agir, a criança desenvolve um repositório completo de habilidades? De fato, aprendizado e desenvolvimento então inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança”. (VYGOTSKY, 1994:110).

No processo de aprendizagem escolar é preciso considerar, segundo Vygotsky (1993) dois conceitos: o espontâneo e o científico:

Os conceitos espontâneos são aqueles adquiridos pela experiência individual e referem-se a objetos ou mesmo situações em que a criança observa, manipula e vivencia de forma direta. Esses conceitos são adquiridos antes de sua entrada para a escola, pois antes mesmo da aprendizagem escolar, a criança vivencia e adquire experiência que se concretizam em aprendizagem. Exemplo: aprende a falar, nomeia objetos, realiza atividades com quantidades e operações, enfim, aprende a imitar comportamentos que facilitam sua vida.

“A criança adquire consciência dos seus conceitos espontâneos relativamente tarde; a capacidade de defini-los por meio de palavras, de operar com eles à vontade, aparece muito tempo depois de ter adquirido os conceitos”. (VYGOTSKY, 1993:93).

Os conceitos científicos são os alcançados no ambiente escolar, onde se ensinam coisas que a criança não vivencia diretamente. Esses conceitos fazem parte de um sistema organizado de conhecimentos, no qual as crianças

são de certa forma, submetidas a processos deliberados de instrução escolar, aprendendo a fazer relações de coisas sem mesmo as conhecerem. Tais conceitos, porém, não são conceitos prontos e acabados, pois a cada dia se aprende coisas novas.

“O desenvolvimento de um conceito científico, por outro lado, geralmente começa com sua definição verbal e com sua aplicação em operações não espontâneas – ao se operar com o próprio conceito, cuja existência na mente da criança tem início a um nível que só posteriormente será atingido pelos conceitos espontâneos” (VYGOTSKY, 1993:93).

Deve-se considerar que ambos os conceitos (espontâneos e científicos), embora distintos, estão relacionados, pois para que uma criança consiga absorver os conceitos científicos, ela precisa já ter certo domínio dos conceitos espontâneos. Assim a aprendizagem escolar poderá de fato se efetivar.

No entanto, como saber se tal aprendizado foi efetivado ou não? A forma mais clara e objetiva nos parece ser através da avaliação. O problema da avaliação está muitas vezes na forma de avaliar, principalmente no que é feito com o resultado dessa avaliação. Sendo assim, recorreu-se a Luckesi (2002) que trabalha na perspectiva de avaliação como um dos instrumentos de se pensar o ensino-aprendizagem. Vejamos.

2.2. A avaliação da aprendizagem

De acordo com Luckesi (2002), avaliar é diferente de medir, porém não esquecendo que a avaliação inclui a medida, ou seja, procura-se medir a extensão de algo, e nesse caso, saber se o aluno aprendeu para então julgar esta extensão e a partir dela tomar decisões. Cabe-nos analisar o que são as medidas na avaliação da aprendizagem.

Pode-se dizer que vários são os tipos de medidas em um ambiente de aprendizagem. Alguns professores utilizam, como uma medida, o acerto de questões. Por exemplo, num teste de dez perguntas, a medida é a quantidade de acertos sendo que a sua extensão máxima é dez. Em dez acertos possíveis, um aluno pode chegar ao limite máximo ou a quantidades menores. Para outros professores, a medida é representada pelos desempenhos demonstrados pelos alunos, os conhecimentos que ele possui a quantidade desse conhecimento. A medida então é obtida pelo ato da verificação de acertos. O julgamento sobre essa medida é o que chamamos de avaliação.

“Em nossa prática escolar, os resultados da aprendizagem são obtidos, de início pela medida, variando a especificidade e qualidade dos mecanismos e dos instrumentos utilizados para obtê-la. Medida é uma forma de comparar grandezas, tomando uma como padrão e outra como objeto a ser medido, tendo como resultado a quantidade de vezes que a medida padrão cabe dentro do objeto medido” (LUCKESI, 2002:87).

No sistema de avaliação escolar a qualidade e a quantidade, são importantes para que se possam avaliar os resultados de um programa educacional, a avaliação deve ter um caráter de orientação, de melhoria educacional, de formação e não de punição. A avaliação, portanto, pode ser

realizada a partir de objetivos específicos, o que facilita a análise do alcance dos resultados, mas também pode partir dos próprios resultados recompondo-se o que se deseja alcançar e obtendo-se efeitos secundários produzidos.

No processo de aprendizagem escolar o termo avaliação ainda assusta tanto alunos quanto professores. Os professores estão acostumados a avaliar e não ser avaliados e os alunos por sua vez, acostumados a ser avaliados em tudo o que fazem.

“O que se busca, quando se discute a transformação da escola, é um novo posicionamento diante do conhecimento produzido no decorrer dos processos de avaliação de modo a ajudar o aluno a aprender mais e o professor a ensinar mais. Busca-se um novo espaço escolar, com novas relações estabelecidas entre gestores, alunos e comunidade em geral, que favoreçam um processo de formação coletiva, construindo com base na interação e no diálogo entre sujeitos e o conhecimento da própria dinâmica escolar”. (DALBEN, 2004:70).

Porém, o processo avaliativo, executado pelo corpo docente, tem sido muitas vezes, sinônimo de punição, de medo. A avaliação tem sido vista como um monstro necessário e integrante do cotidiano da escola é ela quem basicamente define a classificação e reclassificação do aluno. O trabalho escolar e o fracasso da educação são medidos através dos resultados avaliativos presentes cotidianamente no interior da escola, através da ação dos professores e dos alunos.

Parte-se das considerações de Luckesi (2002) para afirmar que a avaliação deveria ser a atividade que pudesse realmente demonstrar se os objetivos propostos ao ensino foram atingidos ou não, para que diante do resultado fosse tomada a melhor decisão. “Entendemos avaliação como um juízo

de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”.
(LUCKESI, 2002:69)

Dessa forma, a avaliação poderia de fato contribuir para a melhoria de processo de ensino-aprendizagem deixando ser sinônimo de medo aos alunos e fonte de punição dos professores. Podendo demonstrar ao trabalho do avaliador o caminho a seguir para que a aprendizagem escolar se efetive com êxito, elevando tanto o trabalho do professor como o desenvolvimento intelectual do aluno.

2.3. O Conselho de Classe e o processo avaliativo

Não podemos falar em Conselho de Classe, sem nos remetermos à avaliação, visto que a prática dos mesmos é uma forma avaliativa.

Na concepção de Conselho de Classe Participativo¹², presentes em alguns Projetos Políticos Pedagógicos, como os das escolas pesquisadas, o professor passa a ser também parte do processo avaliativo, o que gera por parte de muitos a resistência na aceitação do processo de discussão quanto ao aprendizado real do aluno, sendo aqui o professor um dos grandes responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem.

“Pode-se considerar que, durante o Conselho de Classe, essa questão torna-se paradoxal, porque, mesmo fazendo parte de uma instância avaliatória, os profissionais não admitem, ser avaliados em seu trabalho. Eles avaliam os alunos e alguns de

¹² O Conselho de Classe Participativo é o momento onde há participação da comunidade escolar, ou seja, participação da direção, equipe pedagógica, professores, alunos e pais, no interior da escola. Pode ser considerado o momento que em que a comunidade participa ou deveria participar do processo avaliativo de alunos e professores ao longo do ano letivo, o qual será apresentado no próximo capítulo. (Regimento Escolar 2002)

seus pares, mas o processo de avaliação nunca é direcionado a quem avaliou”. (DALBEN, 2004:63).

Como afirmou Dalben (2004), as reuniões de Conselho de Classe poderiam ser partes do processo avaliativo que transformaria a escola, através do rendimento escolar dos alunos e professores.

Convém dizer, porém, que o trabalho pedagógico no interior da escola pública vem se resumindo ao longo dos anos na apresentação dos objetivos do Conselho de Classe, por parte da Equipe Pedagógica ou da Direção da escola. Entre eles o mais freqüente é o de analisar a situação das turmas quanto ao rendimento escolar e disponibilidade para a aprendizagem. Também, tem sido o momento em que se apresentam dados quantitativos coletados pela secretaria através de notas e faltas obtidas em cada disciplina. Situação esta que não apresentou consideráveis mudanças desde sua implantação, sendo esta uma forma de avaliação sem apresentação de resultados efetivos para o progresso no processo de ensino-aprendizagem, pois, somente são analisados os dados quantitativos que podem resultar aprovação ou retenção de um aluno. Onde fica então a avaliação como tomada de decisão?

Sendo, portanto, o Conselho de Classe parte do processo avaliativo da escola, e a avaliação a oportunidade de rever as práticas pedagógicas, este deveria ser um dos responsáveis em possibilitar o desenvolvimento do aprendizado do aluno, uma vez que, através da discussão coletiva entre direção, pedagogos, professores, alunos e pais, poderiam se encontrar mecanismos que viessem a facilitar o bom desempenho dos alunos e professores em sala de aula.

“A finalidade do processo de avaliação é realizar uma investigação contínua da realidade para melhor conhecê-la e entendê-la, cabendo aos educadores o papel de captar essa totalidade de relações coletando dados e informações sobre o desenvolvimento do aluno e cuidadosamente, registrando suas necessidades e possibilidades. O objetivo da avaliação não é mais o de obter um produto pronto e fechado, mas o de buscar conhecer cada vez mais o aluno e a realidade que o integra (...) Para isso precisa estar atento à investigação das questões que merecem maior investimento pedagógico para, conseqüentemente, alterar os encaminhamentos didáticos”. (DALBEN, 2004:72).

O Conselho de Classe, na forma como está instituído e na forma como tem sido organizado desde sua implantação, não tem se constituído no momento de discussão e possíveis soluções para problemas levantados. Através da pesquisa realizada, observa-se que em reuniões de Conselhos de Classe somente são levantados os problemas envolvidos, na fala dos professores, como os “maus elementos”, como dizem: “os que não correspondem aos anseios dos professores e da escola”, ou “esse aluno não vale nada, é bandido, não quer saber de estudar, está aqui somente para tumultuar o ambiente. A família já não sabe o que faz... porque eu então tenho que saber?” (Professor da Escola B).

A solução muitas vezes encontrada pela escola é o de transferir para outro estabelecimento o chamado aluno problema. Dessa forma, talvez, sem se dar conta, a escola opta por não buscar soluções para resolver tais problemas, passando-o adiante. Pode-se dizer ainda que muitas vezes a frase que justifica tal ação é: “já que ele não se interessa mesmo... é melhor mudar de ambiente para ver se toma jeito...”. (Professor da Escola A).

A escola assim, isenta-se de um problema que era seu e que muitas vezes pouco foi feito para que a escola passasse a ser um lugar de prazer e aprendizagem. E o que ainda é pior, deposita toda “culpa” no indivíduo, no aluno.

Afinal, qual é a função da escola? Punir o aluno ou contribuir para sua emancipação humana?

Parece que as reflexões anunciadas por Saviani (1994) sobre a natureza e especificidade da educação escolar se faz necessária.

De acordo com esse autor e com o entendimento desse trabalho, a função social da escola e sua especificidade, diz respeito que a escola é o local do saber sistematizado, elaborado cientificamente. Mas, este saber pode não servir para punir o educando, ao contrário, ele serve para socializar o saber acumulado pela humanidade, esse é o fim da educação: avançar na consciência política, social e cultural dos homens, a fim de práticas que melhore as condições de vida de todos os seres humanos. Neste sentido educar significa humanizar. E avaliar deveria contribuir neste processo humanizador da sociedade e não o seu contrário.

Anteriormente à Lei 9394/96, que traz referência à Gestão Democrática, quando se refere no art. 14 “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”, existiam na rede escolar do Estado do Paraná as Reuniões de Classes, conforme Deliberação 27/72 que fixava as normas gerais para a elaboração do Regimento Escolar de estabelecimentos de 1º e 2º graus, amparada pela Lei nº4024/61 e 5692/71, leis que fixavam respectivamente as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus.

“É sublimamente conveniente que o diploma crie colegiados de alto nível para apreciar e aprovar os instrumentos de ordem didático-pedagógica, e até mesmo detenha a competência de direção didático-pedagógica da escola, missão adequada aos membros do corpo docente e aos que manipulam tarefa educativa. (...) O fato é que há necessidade de que os

integrantes do corpo docente atuem amplamente em favor do processo educativo em andamento” (Del. 27/72: 234).

Sendo assim, percebe-se que não há menção à participação da comunidade escolar nas reuniões de classe.

Pode-se dizer, que foi a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que as escolas públicas pesquisadas começaram a organizar o que hoje chamamos de Conselho de Classe Participativo, visto que esta participação não era evidenciada anteriormente à LDB 9394/96, sendo a participação dos pais restrita ao administrativo escolar e não ao pedagógico. Mas como tem acontecido esta participação?

Para responder a esta pergunta nos remetemos à Rocha (1986), quando conceitua participação em educação,

“É um processo social no qual estão presentes e atuando ativamente os interessados no processo de tomada de decisão (inclusive planejamento), na execução e na avaliação de todas as atividades relacionadas com a definição de objetivos, com organização e com o funcionamento do sistema educativo”. (ROCHA,1986:75).

No entanto, parece que esta participação da comunidade escolar nos Conselhos de Classe, tem sido somente uma participação da presença dos pais na escola e dos alunos em reuniões ou conselhos de classe, e a possibilidade de tomar parte e contribuir para a organização do trabalho pedagógico pouco tem se concretizado no interior da escola. Fato apontado por Paro: “Aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade, parece faltar ainda uma maior precisão do conceito de participação” (PARO, 2002:16). Ou seja, o que implica realmente a participação da comunidade na escola?

Se levarmos em consideração a participação que temos visto nas escolas públicas é mais de contribuição do que de participação, isentando o Estado de uma função que é sua constitucionalmente, ou seja, função de garantir condições adequadas ao ensino. Pode-se dizer que essa é uma participação que envolve mais um voluntariado do que uma tomada de decisão na vida escolar do aluno e na melhoria do ensino. A comunidade é chamada/conclamada a pagar taxas escolares, pintar a escola nos finais de semana, arrecadar materiais de construção e ajudar a construir salas de aula, não se pode dizer que é uma comunidade participativa, a participação não pode ser resumida a contribuição. Contraditoriamente essa mesma comunidade acaba legitimando o descaso do Estado para com a educação pública, pois assume um papel que não é seu. Pior ainda, na maioria das vezes sem ter consciência disso.

“(...) mesmo sabendo que têm direitos ao ensino público e gratuito, ou consciente de que já financiaram a escola pública com seus impostos, há pais que concordam (em alguns casos, até insistem) em pagar a taxa da APM¹³ (aceitando a chantagem do Estado), porque vêem nessa medida a única alternativa que a escola lhes apresenta para que possa funcionar minimamente. Ao assim se comportarem, denotam estar fazendo uma apreciação realista das possibilidades de verem cumpridos seus direitos e são estes que os movem em sua ação” (PARO, 2002:67).

No entanto, considerando que para a escola desempenhar sua função de democratizar o saber, ela precisa ter presente no seu cotidiano à extensão da escola à casa do aluno, isto é, a participação dos pais na vida escolar dos filhos, começa em casa e pode terminar dentro da sala de aula. Se a família se fizer presente na vida escolar do aluno, grande parte do trabalho do

¹³ Associação de Pais e Mestres, já institucionalizada como APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários. (www.netescola.pr.gov.br)

professor poderia ser facilitado, pois o aluno passaria a freqüentar a escola predisposto para o estudo, pois sabe que tem o apoio familiar.

A participação da comunidade, assim, na escola ganha sentido, pois esta passa a ser um local que oferece ocasiões de diálogo, de convivência, em suma, de participação na vida da escola, espaços estes que começam a ser materializados em algumas escolas através dos Conselhos de Classe, porém ainda de forma tímida e que poucas vezes tem levado a participação dos pais na tomada de decisões, ficando estes muitas vezes no âmbito dos participantes “ouvintes”¹⁴, esquecendo-se que ele supostamente é o maior interessado na qualidade do ensino.

De acordo com Paro não basta, ter presente a necessidade de participação da população na escola, “É preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade” (PARO, 2002:40).

Sendo assim, o trabalho coletivo que propõe os Conselhos de Classe deveria possibilitar um maior envolvimento do todo, isto é, um maior envolvimento não só de diretores, pedagogos, professores, mas sim da comunidade escolar. Dessa forma pais e alunos participariam do processo avaliativo da escola, contribuindo para que o trabalho pedagógico pudesse demonstrar uma maior integração entre teoria e prática, entre ensino e aprendizagem, entre problema e solução, buscando, garantir a real aprendizagem dos alunos.

“A participação direta dos profissionais se faz porque a constituição dos Conselhos de Classe prevê o lugar garantido, durante a reunião, a todos os professores que desenvolvem o trabalho pedagógico com as turmas de alunos selecionadas para a avaliação. Esses professores analisarão e discutirão o processo de trabalho de sala de aula que concretamente se efetiva, isto é, o docente participa do Conselho de Classe

¹⁴ “ _____ ” (grifo da autora)

trazendo o rendimento do aluno em relação ao trabalho desenvolvido em sala de aula. Dessa forma, indiretamente, sua própria prática docente será objeto de reflexão” (DALBEN, 2004:31/32).

Sendo, porém, a escola um espaço social e, portanto, político, de luta de classes, ela não pode deixar de possibilitar a construção de um espaço verdadeiramente democrático-participativo. Neste sentido o Conselho de Classe pode ser uma das possibilidades de promover o coletivo e o fim das práticas fragmentadas do trabalho pedagógico.

Porém, de acordo com Dalben (2004), o Conselho de Classe tem demonstrado que a articulação dos professores com o desenvolvimento do trabalho pedagógico não acontece, ficando cada um na sua perspectiva individual de análise, na ótica de sua disciplina, sendo reproduzida a organização do trabalho escolar nos trabalhos dos Conselhos de Classe. Isso, fica claro em reuniões quando se percebe que os professores estão preocupados em saber somente o que o Pedagogo, ou a Direção da escola irá fazer para solucionar os problemas que acabam por gerar o baixo rendimento escolar dos alunos, não estando preocupados em saber por que tais problemas acontecem e como fazer para solucioná-los, ou seja, a avaliação coletiva e o trabalho coletivo e participativo, na prática, não têm acontecido, o que acaba por gerar resultados negativos quanto à eficácia dos Conselhos de Classes conforme foram constituídos.

“(…) Os Conselhos de Classe teriam, assim, o papel de aglutinar as diferentes análises e avaliações dos diversos profissionais, permitindo análises globais do aluno em relação aos trabalhos desenvolvidos e a estruturação de trabalhos pedagógicos segundo opções coletivas” (DALBEN, 2004:35).

Entendendo que o Pedagogo precisa atuar junto aos órgãos formuladores das políticas educacionais, no sentido de assegurar diretrizes e procedimentos que garantam, o cumprimento dos princípios e objetivos da educação escolar, é importante pontuar o que a Constituição Federal de 1988 coloca no seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para e exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo assim, o pedagogo enquanto articulador do trabalho educativo no espaço escolar e fora dele precisa ser o mediador da construção de identidade escolar por meio de propostas pedagógicas de qualidade. Qualidade essa que não se resume à qualidade total em educação, mecanismo orientador de políticas neoliberais, mas uma qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, parece-nos que na prática sua finalidade não tem contribuído para as transformações dos Conselhos de Classe. Finalidade esta previamente definida nos subsídios para a elaboração do Regimento Escolar¹⁵ conforme Deliberação nº16/99 do CEE-PR¹⁶ que sugere aos estabelecimentos as seguintes finalidades:

- a) estudar e interpretar os dados da aprendizagem na sua relação com o trabalho do professor, na direção do processo ensino-aprendizagem, proposto pelo plano curricular;
- b) acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor;

¹⁵ Regimento Escolar é o documento que rege a organização administrativa, didática e disciplinar do Estabelecimento de Ensino.

¹⁶ CEE – Conselho Estadual de Educação do Paraná

- c) analisar os resultados da aprendizagem na relação com o desempenho da turma, com a organização dos conteúdos e o encaminhamento metodológico;
- d) utilizar procedimentos que assegurem a comparação com parâmetros indicados pelos conteúdos necessários de ensino, evitando a comparação dos alunos entre si.

Considerando que estas finalidades encontram-se devidamente registradas nos Regimentos Escolares dos dois Estabelecimentos pesquisados pode-se perceber que o pedagogo tem atuado, na maioria das vezes, apenas como um organizador de reuniões, que após o Conselho de Classe tabula os dados coletados e faz os encaminhamentos que julga serem necessários para a resolução dos problemas levantados, muitas vezes determinados, por questões disciplinares, do que pela aprendizagem dos alunos, contrariando o pressuposto de sua formação.

Segundo Pimenta (2002), o Pedagogo estará prioritariamente no exercício da prática pedagógica quando estiver com o coletivo dos participantes das práticas educativas, orientando, esclarecendo, conscientizando e produzindo elementos (teorias e ações) para a transformação do sujeito, das práxis e das instituições, transformação esta que inclui o desenvolvimento efetivo dos Conselhos de Classes, conselhos estes que acontecem na maioria das vezes em final de bimestre e que poderiam passar a significar o resultado de um trabalho coletivo na sua totalidade. Práticas que precisam estar garantidas no Projeto Político Pedagógico da escola como reflexo da necessidade de se pensar e de fazer a educação pública de fato atendendo as reais necessidades da sua

minoria, inclusive para além da sala de aula. As dificuldades de aprendizagem dos alunos, muitas vezes são problemas de um contexto social maior, ou seja, um contexto social desigual e que na maioria das vezes, não oferece condições necessárias para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, condições essas que estão além da sala de aula, da escola e do professor. É preciso, porém, procurar conhecer os “reais” problemas, inclusive denunciando-os, pois só assim é possível pensar em solução.

A preocupação, até aqui apresentada, é justamente de que o Conselho de Classe enquanto órgão constituinte da escola deveria ser o momento em que pais, alunos, professores, equipe pedagógica e diretores, pudessem, de acordo com os objetivos já citados, apontar soluções para os problemas, sugerir encaminhamentos e procedimentos. Assim o trabalho pedagógico de toda a escola poderia acontecer de forma a apresentar resultados concretos quanto às dificuldades de ensino-aprendizagem e atitudes no ambiente escolar, proporcionando dessa forma, maior participação dos alunos e buscando aquilo já explicitado neste trabalho, a democratização do saber. Além de repensar, a partir do levantamento das dificuldades, nova forma de encaminhamento pedagógico, priorizando o coletivo como forma de tentativa de superação das dificuldades principalmente no relacionamento professor-aluno, relação esta que não faz parte do objeto de nossa pesquisa, portanto não aprofundada neste trabalho.

Também pode ser aproveitado como um momento para discussões para além do cotidiano da escola, ou seja, para a compreensão da realidade política, social e econômica do nosso país, que em última análise irá influenciar diretamente na própria organização do trabalho pedagógico da escola,

dos conhecimentos e da forma que a participação e gestão democrática se estabelece no limite do sistema capitalista.

“Se falamos ‘gestão democrática da escola’, parece-me já estar necessariamente implícita a participação da população em tal processo. Quando, entretanto, destacamos a ‘gestão democrática da escola’, para examinar as relações que tal gestão tem com a comunidade, parece-me que estamos imputando a ela um caráter de exterioridade ao processo democrático que se daria no interior da escola, como se fosse apenas mais um fator a ser administrado por meio de ‘relações’ que com ela se estabelecessem” (PARO, 2003:15)

A grande questão no entendimento desse trabalho é justamente colocar em discussão o Conselho de Classe para além do que até o momento as escolas têm resumido: que o problema avaliativo e de aprendizagem é sempre resultado da “pseudocompetência” individual de cada um.

A idéia de que os Conselhos de Classe guardam em si a possibilidade de articular diversos segmentos da escola, fazem com que essa instância seja um espaço privilegiado na organização do trabalho escolar, pois através dele é possível, ou deveria ser possível, articular teoria e prática, aproximar escola e comunidade e o mais importante, em um espaço democrático do trabalho o coletivo.

“(…) outra característica fundamental do Conselho de Classe é configurar-se como espaço interdisciplinar de estudo e tomadas de decisão sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola, e nesse sentido, é um órgão deliberativo” (DALBEN, 2004:33).

O texto que segue tem o objetivo de apresentar a pesquisa realizada na rede estadual de ensino paranaense¹⁷, quanto à forma que as escolas têm organizado os seus Conselhos de Classe bem como, fazer uma análise crítica dos pontos observados.

¹⁷ Duas escolas da Região Oeste do Paraná fizeram parte da pesquisa

3. O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: ALGUNS INDICATIVOS

Neste capítulo, será abordado o Conselho de Classe Participativo e apresentado o resultado da pesquisa realizada, bem como, os depoimentos das entrevistas que muito enriqueceram este trabalho, pois, tornou possível a análise mediada pela interlocução com os pais, alunos, professores e pedagogos da comunidade escolar. Ou seja, pessoas que tornam o Conselho de Classe uma realidade.

As questões que permearam essa parte do trabalho foram as seguintes: o que as escolas têm chamado de Conselho Participativo? E o que mudanças significativas essa “nova” forma de organização escolar tem de fato sido efetivado?

A pesquisa qualitativa envolveu treze professores, dez alunos, cinco pais, dois pedagogos e uma diretora, que responderam uma entrevista semi-estruturada que encontra-se anexa, e foi realizada no decorrer do ano letivo de 2005 antes e depois dos Conselhos de Classe.

3.1. O Conselho de Classe Participativo

O Conselho de Classe Participativo é o conselho onde há participação da comunidade escolar no interior da escola pública, pelo menos em tese. É o momento em que a comunidade escolar tem a possibilidade de

participar do processo avaliativo dos alunos e professores, esse processo ocorre normalmente ao final de cada bimestre letivo.

A participação, no entanto, pode ser somente do aluno que pode fazer parte ou não da reunião do Conselho de Classe que reúne todos os professores da série, ou pode ocorrer antecipadamente a esta reunião com a participação da equipe pedagógica ou do professor coordenador da classe.

Nesse sentido, algumas escolas têm convidado a comunidade escolar a participar do Conselho de Classe, momento também em que o aluno é avaliado, à participação dos pais. O fato é compreender se é uma encenação democrática ou uma real participação da comunidade na escola.

“Se se considera que o desempenho do aluno não depende apenas dele, mas de toda a escola e, em particular, do professor, seria de se questionar que nos conselhos de classe, onde se discute a avaliação de seu desempenho, estivessem presentes apenas professores. Com base nesse raciocínio, há que advogue que no momento da avaliação que se faz no conselho de classe, estejam presentes também os usuários, ou seja, representantes de pais e de alunos”. (PARO, 2000:77).

Sendo assim, esta participação precisa ser considerada como um avanço dentro de algumas escolas, apesar das resistências de alguns professores, como demonstraram as entrevistas realizadas.

3.2. Resultado da pesquisa

Para entender como esta forma de Conselho de Classe tem sido sistematizado foram pesquisadas duas escolas públicas do município de Foz do Iguaçu-PR. Uma escola considerada de grande porte¹⁸ e outra de médio porte¹⁹. Na ocasião somente analisou-se a modalidade do Ensino Fundamental em ambas as escolas. A pesquisa foi realizada através de análise de documentos, entrevistas com pais, alunos, professores e pedagogos, além da participação em alguns momentos nos Conselhos de Classe, pode-se assim verificar como este tem se efetivado ao longo do ano letivo de 2005.

Vale aqui salientar que a escola de grande porte que aqui chamaremos de Escola A iniciou suas atividades escolares no ano de 1976 e a escola de médio porte, Escola B em 2002.

A Escola A, teve o Conselho de Classe Participativo introduzido na prática da escola a partir de 1998, através de um projeto elaborado pela Equipe Pedagógica da época e tinha como objetivo:

- Resignificar o Conselho de Classe como forma de maior participação dos alunos, buscando o exercício da cidadania;
- Repensar, a partir do levantamento das dificuldades, novas formas de encaminhamento pedagógico;
- Priorizar o trabalho coletivo como forma de tentativa de superação das dificuldades no relacionamento professor X aluno.

¹⁸ Uma escola de grande porte atende de 1561 a 3.160 alunos ou mais

¹⁹ Uma escola de médio porte atende de 761 a 1.560 alunos

Anteriormente a este projeto, o Conselho de Classe se reunia ao final de cada bimestre para verificação de notas e faltas de cada aluno, ficando apenas na base de discussões sem que houvesse um encaminhamento aos problemas de aprendizagem apresentados no levantamento dos dados quantitativos.

Na Escola B, essa forma de organização de Conselho de Classe, teve início juntamente com as atividades da Escola, ou seja, em 2002. E apresenta como objetivo:

- avaliar dados concretos, fornecidos por vários setores da equipe e o aluno, nesta fase de seu crescimento, será visto sob vários aspectos inerentes ao seu processo de aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico da Escola B estabelece o que representa a Ata do Conselho:

- A oportunidade do aluno se manifestar;
- A oportunidade do pai se manifestar;
- A oportunidade do professor se manifestar;
- Deixar claro e registrado as medidas a serem tomadas, pois, cada aluno é único;
- É documento que deve permanecer na escola e consultado sempre que houver necessidade;
- É a possibilidade de ter registrado e ver o crescimento do aluno e poder compará-lo com ele mesmo;

- É o respaldo legal perante os pais, a SEED²⁰ e o NRE²¹;
- É uma avaliação por critérios evitando o estado de humor de quem avalia;
- Avaliação completa – procedimento, atitudes e conceitos, visando também à parte qualificativa do aluno;
- Avaliação de acordo com os princípios pedagógicos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Para compreensão das perspectivas estabelecidas para a realização dos conselhos escolares participativos traçou-se um paralelo entre as duas escolas pesquisadas. O quadro abaixo irá mostrar como são organizados os Conselhos de Classe Participativo nessas escolas:

Formas de organização do Conselho de Classe Participativo	ESCOLA A	ESCOLA B
Participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro momento: alunos, Pedagogo e/ou coordenador da turma. Segundo momento: professores, equipe pedagógica e direção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pais, alunos, professores, equipe pedagógica e direção.
Objetivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantar junto aos alunos os problemas encontrados no decorrer do bimestre pela turma no processo de ensino-aprendizagem. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Discutir na presença dos pais o comportamento dos alunos. 2. Elogiar os bons alunos com premiação de certificados

²⁰ Secretária Estadual de Educação

²¹ Núcleo Regional de Educação

	<p>2. Apontar soluções e/ou alternativas para tais problemas</p> <p>3. Apresentar os resultados acima ao grupo de professores em reunião específica.</p> <p>4. Os professores fazem um perfil da turma.</p> <p>5. Levantam os problemas apresentados pela turma.</p> <p>6. Apresentam sugestões de encaminhamentos</p>	<p>aos alunos destaques.</p> <p>3. Ouvir os alunos presentes, um a um.</p> <p>4. Ouvir os pais quanto ao comprometimento de ajudar a escola na aprendizagem de seus filhos.</p> <p>5. Ser apresentado pelos professores os problemas encontrados para o bom ou ruim desenvolvimento da turma.</p>
Quando é realizado	Ao final de cada bimestre, sendo que no último bimestre é realizado o Conselho de Classe Final, sendo dispensado o conselho com a turma.	No 1º e 2º bimestre com a presença de pais e alunos. No 3º e 4º bimestre somente o quadro de professores, equipe pedagógica e direção.
Como é conduzido	<p>Primeiro momento: alunos de uma determinada turma sob a coordenação do pedagogo ou do professor coordenador da turma:</p> <ul style="list-style-type: none"> Os alunos fazem o perfil da turma, falam sobre o relacionamento professor X aluno e aluno X escola e posteriormente apresentam sugestões. <p>Segundo momento: é apresentado os dados levantados junto aos alunos</p>	<p>Conduzido pela Direção ou pelo Pedagogo da escola, deve obedecer as seguintes regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> Alunos, pais, professores, equipe pedagógica tem o direito de se manifestar bem como o dever de assumir os compromissos devidos. Todos devem permanecer do início até a conclusão dos trabalhos para garantir a troca de experiências. Estabelecer e relembrar posturas que permitam o bom desempenho dos trabalhos tais como passar

	<p>para o grupo de professores que também fazem o perfil da turma e indicam os alunos que necessitam de encaminhamento pedagógico, dando sugestões para tal encaminhamento.</p>	<p>a palavra, exigir silêncio aguardando a sua vez de falar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dirimir dúvidas. • Concluir, reforçar, instigar, passar para o grupo as idéias ideais e posturas de educação desenvolvidas na Escola. • Dar importância às colocações por mais simples que pareçam. <p>Em momento posterior o professor e todos os envolvidos devem consultar as anotações e profissionais que estiveram vivenciando o Conselho de Classe Participativo.</p>
--	---	---

Após conhecer o funcionamento do Conselho de Classe em cada uma das escolas, foi necessário entrevistar pais, alunos, professores e equipe pedagógica para saber se o Conselho de Classe, na forma como tem sido realizado tem apresentado os tão esperados resultados concretos.

Pode-se dizer que o Conselho de Classe realizado nessas escolas é o chamado Conselho de Classe Participativo, pois há presença de pais, alunos, professores, equipe pedagógica e direção, no entanto, este Conselho deveria ou poderia apresentar resultados concretos quanto ao efetivo trabalho pedagógico, visto que pode contar com a colaboração da comunidade escolar. Porém, percebe-se que na maioria das vezes, devido à resistência de alguns professores os encaminhamentos sugeridos e necessários não conseguem ser efetivados,

como veremos nos depoimentos apresentados através de entrevistas realizadas com pais, alunos, professores e equipe pedagógica.

A seguir alguns depoimentos sobre os encaminhamentos e os desdobramentos dos Conselhos de Classe nas escolas pesquisadas e os posicionamentos dos entrevistados em relação a esses.

“Os alunos podem expor abertamente suas idéias e opiniões a respeito das matérias e dos professores. Verifica os alunos que estão com dificuldades ou com problemas pessoais que podem atrapalhar o rendimento escolar. Propõem melhorias para os próximos bimestres em relação às notas, comportamento ou desentendimento tanto para o aluno como para o professor. O problema é que nem todas as questões discutidas no conselho são colocadas em prática. Muitos professores e alunos usam o conselho para falar mal de outros professores ou alunos...”. (Aluna da 8ª série do Ensino Fundamental, da Escola A, 2005).

Esse depoimento reflete a importância que os alunos sentem em poder expor suas necessidades. Porém, percebemos que a aceitação de determinadas ponderações aos professores não tem sido bem aceita, ainda há muitas resistências quando se é avaliado. Exemplificado no relato abaixo:

“O conselho de classe é bom porque é uma forma de ajudar os professores a pararem e pensarem se o seu método de ensinar está sendo bem assimilado pelo aluno. O ponto negativo é que alguns professores não aceitam sugestões, o que acaba gerando transtornos e intrigas”. (Aluno da 7ª série do Ensino Fundamental da Escola A, 2005).

Depoimento este que se refletiu na maioria das entrevistas realizadas apontando as dificuldades da aceitação de críticas por parte dos professores.

Em se tratando de considerar o Conselho de Classe como parte do processo de avaliação coletiva e não isolada encontrou-se propostas que sugerem inclusive a participação de alunos no Conselho de Classe Final:

“A avaliação deve ser coletiva principalmente nos momentos finais do período letivo, quando sua função classificatória vai determinar a aprovação ou reprovação dos alunos. É importante retomar o conceito de conselho de classe como local onde os professores e pelo menos os representantes dos alunos, devem atuar para, de forma coletiva tomarem decisões quanto o processo educativo desenvolvido na escola. A classificação positiva ou negativa deve ser definida por todos e para todas as disciplinas”. (Aluna da 8ª série do Ensino Fundamental, da Escola A, 2005).

O depoimento de uma professora esclarece que:

“É possível, através dos dados levantados dar maior atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem, porém nem todos os professores tem esse tipo de comportamento, dificultando o nosso trabalho” (Professora do Ensino Fundamental e Médio, da Escola A, 2005).

Nos depoimentos da Escola A e em conversas informais com professores desta escola, não foi difícil perceber a não aceitação dos dados pesquisados levando a considerar que a existência de uma escola democrática, com a participação de todos está ainda um pouco distante da nossa realidade quando a questão é a avaliação do professor. E neste sentido, como afirmar que uma escola é democrática? Uma gestão é democrática, se no processo ensino-aprendizagem a “democracia” fica centralizada numa parte do processo?

No processo que antecede o Conselho de Classe com os professores, a equipe pedagógica ou o professor coordenador da turma realiza o Conselho de Classe Participativo, fazendo o levantamento dos dados através de uma ficha específica (anexo 2), que são repassados aos professores

posteriormente no Conselho de Classe o qual preenchem a ficha de diagnóstico discente (anexo 3). Observa-se que esta é uma participação isolada, ou seja, não há participação efetiva do aluno nas discussões junto com o grupo de professores, equipe pedagógica e direção. Parece-nos aqui que a melhor solução seria a participação do aluno no Conselho de Classe na presença de todos os professores da turma, uma vez que é o aluno o foco das discussões.

Nas observações, coletas de informações da Escola B, em que o Conselho de Classe acontece com a participação dos pais e dos alunos de uma determinada série, sem um pré-conselho, ou seja, sem que os professores tivessem uma reunião prévia, foi possível identificar, através dos depoimentos, um certo constrangimento por parte de alguns professores e a reclamação de muita burocracia por parte de outros, uma vez que existe muitas fichas (Anexo 4 e 5) a serem preenchidas antes da realização dos Conselhos de Classe.

No depoimento abaixo um grupo de professores explicitam as suas opiniões de como o Conselho de Classe deveria ser executado:

“Entendemos por conselho de classe reunião para detectar problemas e pensar soluções, reavaliar as ações do professor e dos alunos, planejarem a seleção de conteúdos”. (Professores em conversa na sala dos professores antes da realização do Conselho de Classe, na Escola B, 2005).

No depoimento a seguir a preocupação excessiva e a reclamação da burocracia implantada na escola:

“Os professores anotam em fichas individuais as letras: A (excelente); B (muito bom, mas pode melhorar); C (que tal começar a estudar), num total de doze itens, sendo: ação do aluno, interatividade, produtividade, incorporação tecnológica e pedagogia tecnológica. Ficha esta que tem o parecer do aluno e o parecer dos pais. No terceiro bimestre é preenchida outra ficha

com os nomes dos alunos problemas²². São levantados nos conselhos as brincadeiras, falta de interesse, dificuldade possível do aluno. O ponto positivo é o diálogo com alguns pais e o negativo é muito papel para preencher”. (Professor do Ensino Fundamental e Médio da Escola B, 2005).

Aqui, percebe-se a real burocracia em que se transformou as práticas dos Conselhos de Classe para a organização do trabalho pedagógico da escola. Tanto papel a ser preenchido acaba por angustiar os professores, fato observado no decorrer da pesquisa, onde, talvez, em forma de protesto os professores acabem não preenchendo as fichas, ou seja, se nenhum professor preenchesse tal ficha nada aconteceria, fato que se estendia até que o primeiro resolvesse fazê-la, levando os colegas a serem coniventes com os conceitos primeiros atribuídos a cada aluno.

Esses depoimentos de professores levantaram a questão burocrática da escola. O professor passa grande parte do tempo preenchendo fichas que no final do ano serão arquivadas nas pastas dos alunos e que não apresentou no decorrer do período letivo um resultado concreto para a permanência de sua realização, uma vez que toda a escola se envolve somente no preenchimento das mesmas, não lhe restando tempo para a analisar detalhadamente os dados, conforme relato da pedagoga da escola:

“Os professores preenchem as fichas conforme solicitado, porém não percebo veracidade nos fatos, uma vez que ninguém quer ser o primeiro a preencher as fichas. Considerando os problemas diários da escola e as festividades que sempre envolvem grande parte do tempo, acabo deixando o pedagógico para o dia seguinte, e nesse deixar para o dia seguinte o bimestre vai terminando e poucos casos são resolvidos. Sinto que falho nesse sentido. O conselho de classe em si envolve a comunidade, mas acredito que muitas coisas deveriam ser modificadas”. (Pedagoga da Escola B, 2005).

²² Problemas aqui considerados como: indisciplina, falta de interesse, excesso de brincadeiras em sala e possíveis dificuldades de aprendizagem.

Aquilo que Saviani já apontou quando refere-se ao que é realmente necessário e o que é supérfluo na práticas educativas. “É preciso, pois, ficar claro que as atividades distintas das semanas..., são secundárias e não necessárias à escola” (Saviani, 1997:21). Será que ficar preenchendo fichas num claro ritual burocrático é realmente necessário na aprendizagem dos alunos? Essa é a avaliação que democratiza o saber?

Constatou-se, através do depoimento dessa pedagoga, que a democracia está só no papel, quando se abre a escola à comunidade, porém no interior da escola, professores e funcionários parecem trabalhar sob a pressão do cumprimento dos prazos através da burocracia.

No depoimento dos pais, observou-se que os que participam aprovam o procedimento e enxergam os resultados que muitas vezes não são visto por professores e pedagogos:

“O conselho de classe é uma forma dos responsáveis pelos alunos saberem como seus filhos estão na escola...”. (Mãe de um aluno da 5ª série).

“Participam dos conselhos os alunos, os professores, as supervisoras, o diretor e os pais. Cada professor fala sobre os alunos e os pais se comprometem a ajudar os filhos no que eles precisarem. Isso ajuda os alunos a melhorarem seu desempenho na escola e em casa”. (Mãe de uma aluna da 6ª série).

Essas observações nos permitem afirmar que a forma de participação tem sido aceita muito mais pelos alunos do que pelos professores, talvez por ele ainda fazer parte do sistema de poder avaliar e não de ser avaliado. Percebe-se ainda que o professor se sente bem em reuniões de conselhos de classe quando lhes é permitido falar sobre as notas, comportamento, falta de

interesse e problemas disciplinares, fatos estes sim, que levam o aluno a ser aprovado ou reprovado, ou seja, coloca-se no aluno a responsabilidade do seu aprendizado.

No entanto, pode-se observar que os pais que deveriam comparecer a escola, aqueles em que os filhos têm dificuldade de aprendizagem ou de comportamento, não aparecem, ou por realmente não terem tempo, ou por vergonha de ouvir falarem que o filho é fraco e indisciplinado na frente de toda a classe. Na análise das fichas e relação dos presentes pode-se constatar que 95% dos pais presentes, são os pais dos alunos ou na média ou bem acima dela.

Paro (2000) ao abordar a questão de que a qualidade do ensino tem estreita ligação com a participação dos pais, aponta que são vários os fatores que determinam uma apreensão do conhecimento pelos alunos.

Um desses determinantes é o significado da participação dos pais junto aos filhos. Mas esse significado precisa permear as discussões na escola. Os pais precisam saber o que e como podem dar e tomar parte desse significado. Os pais precisam compreender a importância da sua participação nos estudos dos seus filhos em casa e na escola. Essas questões vão além de levantar nas reuniões pedagógicas que os alunos são fracos ou excelentes, “não basta solicitar ajuda dos pais; é preciso orientá-los da mesma forma” (PARO, 2000:39).

E aqui cabe lembrar o que foi muito bem colocado por Dalben (2004), não podemos esquecer que o Conselho de Classe é um órgão instituído na escola com o objetivo de avaliar a aprendizagem do aluno e procurar soluções quando esta não ocorre, e os pais estão intencionalmente ligados a esse processo.

“(…) o Conselho de Classe guarda em si a possibilidade de articular diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo a avaliação da aprendizagem e ensino, eixos centrais do processo de trabalho escolar” (DALBEN, 2004:16).

Dessa forma não se pode falar em Conselho de Classe sem nos remetermos à avaliação, visto que este é uma instância avaliativa, e considerando que em sua definição, é ele o responsável pelo processo de avaliação da aprendizagem escolar e não pelo fracasso escolar.

“A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento” (LUCKESI, 2002:166)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na retrospectiva histórica realizada no primeiro capítulo, foi possível observar por quais transformações passava a educação brasileira na década de 1970. Transformações estas que sentimos os reflexos até os dias de hoje. Uma educação que precisou se adequar às novas exigências do mercado e com ele a necessidade de escolas profissionalizantes, que preparassem para a industrialização, e uma legislação que regulamentasse essa necessidade, a Lei Federal 5692/71 como adequação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61.

No bojo dessas mudanças foram importados para o Brasil, modelos de escolas norte-americanas, que pudessem garantir a ampliação da oferta de matrículas para o ensino médio. Além das influências norte-americanas, um grupo de professores do Rio de Janeiro trouxe também para o Brasil o que hoje conhecemos por Conselho de Classe, a partir do modelo francês verificado e estudado através de uma pesquisa e que poderia contribuir para as exigências dos profissionais formados a partir de então. Estes Conselhos se apresentavam divididos em âmbitos de turma, de estabelecimento e geral, e tinham como objetivo a observação sistemática e contínua dos alunos com o propósito de oferecer ao aluno um ensino de acordo com seus gostos e aptidões. Os Conselhos de Classe foram então sendo implantados nas escolas brasileiras e com ele a tentativa de contribuir em tese para o aprendizado do aluno.

Sendo assim, constata-se no segundo capítulo como este aprendizado ocorre, e dessa forma foi possível verificar como acontece o trabalho

pedagógico no interior das duas escolas públicas pesquisadas. Considerando, no entanto que o Conselho de Classe é uma instância avaliativa dentro do processo educativo e a avaliação tem sido a forma encontrada de verificar se a aprendizagem ocorreu, coube-nos esclarecer como tal aprendizagem se efetiva na mente da criança.

Para tanto Vygotsky e Rego, foram à base desse capítulo e assim constatou-se que através do instrumento da mediação, ou seja, através da ajuda de alguém, visto que, ninguém é melhor do que ninguém, qualquer ser humano tem a capacidade de tornar suas potencialidades de fato efetivadas, o que vai depender do contexto social, político e cultural em que neste caso específico, a criança está inserida. Sendo assim, com a intervenção sistemática do trabalho do professor e aqui não se descarta a participação constante da família, a criança pode atualizar seus conhecimentos. A família, porém, com um destaque especial, pois poderá dar o suporte necessário à escola quanto à questão na melhoria da aprendizagem escolar.

Ao nos referirmos à avaliação como um dos métodos utilizados pelo professor para saber se seu aluno de fato aprendeu, buscamos em Luckesi, que muito bem esclarece sobre avaliação, sendo esta utilizada, muitas vezes, como forma de punição ao aluno que não apresenta interesse pelo estudo, fazendo dessa forma com que muitos alunos tenham horror a palavra prova usando o chamado deu branco para questões que não sabem responder.

Enfim, questões desse tipo fazem parte do cotidiano do trabalho escolar e há muitos anos vem sendo discutidas alternativas que possam de fato verificar se o aprendizado ocorreu. O Conselho de Classe, no entanto, como instância avaliativa dentro da escola, deveria procurar soluções e

encaminhamentos que pudessem de fato contribuir para a melhoria e qualidade da educação brasileira.

Porém o que se tem presenciado é um Conselho de Classe que acaba por ficar somente no âmbito da quantidade sem muito se preocupar com a qualidade, fato este apresentado no terceiro capítulo, que foi dedicado ao Conselho de Classe Participativo como forma utilizada pelas escolas pesquisadas a fim de aproximar a família da escola, dando-lhes oportunidade de participação.

No entanto, após o levantamento dos dados, pode-se perceber que a resistência, nessa participação, é grande, principalmente em se tratando de professor. Este vem, na sua maioria, de uma escola tradicional, em que seu papel, é classificar. E ser avaliado, pelos alunos e/ou pais gera constrangimento e não aceitação do resultado, principalmente quando este é negativo ou vai contra seus princípios.

Na pesquisa realizada nas duas escolas públicas de Foz do Iguaçu/PR, foi possível notar que há sugestão por parte dos alunos quanto à metodologia dos professores, sugestões do que gostariam de estudar, como gostariam de ser avaliados, porque não estão aprendendo. Porém quando estas sugestões são apresentadas aos professores, nota-se a resistência em aceitá-las ou mesmo de refletir sobre elas. São poucos os professores que vêem no Conselho de Classe uma oportunidade de levar o aluno a aprender e superar dificuldades.

No caso específico da Escola B que, privilegia os “bons alunos” com certificados de Honra ao Mérito, percebeu-se que os pais dos “maus alunos” se afastam cada vez mais da escola, pois se sentem envergonhados diante dos outros pais, uma vez que o professor acaba muitas vezes expondo as dificuldades

de aprendizagem e mesmo de comportamento a todos os presentes. Aqui vale salientar que são justamente esses pais, os dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, que mais necessitariam comparecer à escola, para que assim, através da união família/escola esses problemas pudessem ser sanados.

No entanto, o que acontece é o oposto, esses pais muitas vezes se omitem e se afastam da vida escolar dos filhos. Cabe, porém a profissionais da educação, tentar e lutar para que essa participação seja de fato concretizada no interior da escola.

Sendo assim, em primeira instância é possível afirmar que efetivamente os Conselhos de Classe não tem contribuído para a melhoria do ensino, pelo menos não nas escolas observadas. O que se tem notado é a preocupação em mostrar resultados, tanto qualitativos como quantitativos.

Os regimentos escolares são claros, ou seja, é preciso proporcionar a cada bimestre uma reunião com todos os professores da turma para verificar o rendimento escolar dos alunos. Esse rendimento, porém, não é analisado tendo como princípio o crescimento intelectual do aluno. Os que apresentam rendimento na média²³ ou acima dela são considerados bons alunos e os abaixo dela são classificados como indisciplinados e sem interesse, poucos são os classificados como os que precisam de ajuda para aprender. Quanto ao baixo rendimento é comum jogar para a família a responsabilidade de ensinar e ajudar o aluno a querer aprender. Nesse sentido, os profissionais da educação, ou seja, os professores, pedagogos e mesmo a direção da escola acabam por

²³ Média escolar para aprovação nos Colégios Estaduais do Paraná é: 60 (sessenta) com frequência igual ou superior a 75%

transferir uma responsabilidade que é deles: a de buscar soluções para que o aprendizado de fato se efetive.

Nas escolas pesquisadas de acordo e com dados da própria experiência profissional, na maioria delas o coordenador do Conselho de Classe, é o Pedagogo. Este apresenta dados tabulados quanto às notas e faltas dos alunos para análise e sugestão de encaminhamento para os que apresentarem baixo rendimento. Dessa forma o Conselho de Classe vem se resumindo ao longo dos anos como uma reunião para verificação de dados e possíveis encaminhamentos que não apresentam resultados concretos.

Sendo assim, este é um órgão que precisa, de muita fundamentação teórica, de mais pesquisas²⁴, de discussões, quanto à aprendizagem e avaliação. Precisa-se ainda aceitar o novo e ousar fazer diferente. No entanto, é um investimento em longo prazo e que requer empenho de todos os que estão envolvidos na educação, isto é, profissionais da educação e família trabalhando juntas para a transformação do processo educativo.

²⁴ Pode-se constatar um número limitado de pesquisas nesta área na revisão bibliográfica deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. 2ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. 3ªed. São Paulo: Ática, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do Ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

_____, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Pedagogia e Pedagogos**. São Paulo: Cortez, 2002.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996

RUSS, Jacqueline. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Scipione, 2003

ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Conselho de Classe: burocratização ou participação?** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6ª ed. Campinas, SP, Autores Associados, 1997.

VÁSQUES. O. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VYGOTSKY, Lev Semenivictch. **A formação social da mente.** 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 1994.

_____, Lev Semenivictch. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes. 1993.

Material permanente de apoio:

Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº4024/61 e nº9394/96.

Lei Federal: nº5692/71

Deliberações: 27/72-CEE, 16/99-CEE

Regimentos escolares das escolas pesquisadas

Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/88

Site: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br

Site: www.netescola.pr.gov.br

APÊNDICE

ENTREVISTA

Nome: _____

Função: _____

- 1- Quais os encaminhamentos para a realização do Conselho de Classe na escola?

- 2- Quais as questões, pontos, discussões são levantados no Conselho de Classe?

- 3- Quem participa? De que forma? Quais as propostas sugeridas pelos participantes?

- 4- No decorrer do ano (bimestre/semestre) como as propostas sugeridas nas reuniões de Conselho de Classe, são encaminhadas na sala de aula, na questão de ensino-aprendizagem? Há uma avaliação permanente que evidencia essas questões? Como?

- 5- Destaque pontos positivos e negativos do Conselho de Classe na sua escola?

ANEXOS

ANEXO 1 – Decreto que Regulamenta o PREMEN

DECRETO Nº 63.914, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1968.

Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição,
CONSIDERANDO que o aprimoramento do ensino médio, no nível ginasial deve ser estimulado com o aumento do número de escolas polivalentes; e
CONSIDERANDO as diretrizes governamentais fixadas na preparação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento,

DECRETA:

Art 1º Fica aprovado o "Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio" - PREMEM - com o objetivo especial de incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio.

Art 2º O PREMEM contará com recursos orçamentários federais e estaduais, e extra-orçamentários de fontes internas e externas.

Art 3º O PREMEM será administrado por uma Comissão de Administração, que funcionará junto ao Ministério da Educação e Cultura, constituída de seis membros, sendo um deles coordenador, designados pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Cultura poderá solicitar de outros setores governamentais titulares ou servidores postos à sua disposição para integrar o PREMEM.

Art 4º A Comissão de Administração terá a atribuição de promover a aplicação de recursos financeiros decorrentes dos convênios firmados com os Estados, e administrará os recursos federais, inclusive os provenientes de empréstimos, observado o disposto no artigo 14.

Parágrafo único. Os recursos do PREMEM serão depositados em conta especial aberta à sua ordem, no Banco do Brasil S.A.

Art 5º A Comissão de Administração prestará contas, semestralmente, à Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura, quanto à aplicação dos recursos colocados à sua disposição.

§ 1º A prestação de contas será feita até 90 (noventa) dias após o encerramento do semestre a que se referir.

§ 2º A Comissão de Administração contará com auditoria interna.

Art 6º Compete à Comissão de Administração, ao aplicar os recursos provenientes de empréstimos externos e recursos nacionais de contrapartida:

I - Promover, juntamente com os Estados, a implementação dos planos elaborados pelos mesmos e referentes à expansão e melhoria de sua rede de ensino médio público, em articulação com uma assistência técnica educacional que assegure a consecução dos objetivos do PREMEM.

II - Administrar os projetos de âmbito nacional que visem ao treinamento e aperfeiçoamento de professores de ensino médio geral, à construção de um ginásio polivalente modelo na capital de cada Estado, ao equipamento e manutenção dos centros de treinamento de professores de ciências, à seleção de

bolsistas para aperfeiçoamento no estrangeiro e à organização de serviços de assistência técnica educacional.

III - Encaminhar e acompanhar a liberação dos recursos para os vários subprogramas do PREMEM.

IV - Elaborar as minutas de acordos e convênios a serem celebrados com os Estados e órgãos incumbidos da execução do Programa.

§ 1º A execução dos projetos aprovados será feita sempre que possível, através dos órgãos especializados do Ministério da Educação e Cultura.

§ 2º Das decisões da Comissão de Administração serão extraídas atas para encaminhamento, por cópia autêntica, ao Ministério da Educação e Cultura.

Art 7º Os órgãos do Ministério da Educação e Cultura, em cujo orçamento figurem recursos destinados ao PREMEM, providenciarão o repasse desses recursos para a conta mencionada no parágrafo único do artigo 4º deste Decreto.

Art 8º A Comissão de Administração disporá de Secretaria-Executiva e de assessoria contábil, além de pessoal auxiliar.

§ 1º O Ministro de Estado da Educação e Cultura, por proposta da Comissão de Administração, solicitará que sejam postos à disposição do PREMEM servidores da Administração federal, direta ou indireta, e, ainda, servidores estaduais e municipais.

§ 2º A Secretaria-Executiva será dirigida por um servidor designado pelo Ministro de Estado, mediante indicação da Comissão de Administração.

§ 3º A Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) do Ministério da Educação e Cultura prestará assessoria técnica à Comissão de Administração.

Art 9º Nos convênios para implantação do PREMEM nos Estados será prevista a constituição de uma Comissão incumbida dessa tarefa, integrada de dois representantes do Ministério da Educação e Cultura, um da Secretaria de Educação e Cultura e um do Conselho Estadual de Educação sob a presidência de representantes do PREMEM.

§ 1º Os representantes federais serão designados pelo Presidente da República.

§ 2º A localização dos estabelecimentos de ensino será estudada pela Comissão de que trata o artigo levando em conta, entre outros, os seguintes fatores para definição das prioridades:

- a) população da área a ser beneficiada pela escola;
- b) conclusão de curso primário;
- c) população em idade escolar, atendida pela escola média;
- d) investimento municipal em educação primária;
- e) cooperação da comunidade;
- f) meios de acesso à escola;
- g) composição econômica da região;
- h) disponibilidade de cargo docente.

Art 10. Em casos excepcionais, devidamente justificadas, poderão ser contratados especialistas, sob o regime de legislação trabalhista, ou admitidos colaboradores eventuais, sem vínculo empregatício, observadas as normas legais.

Art 11. A Comissão de Administração não poderá despender, a título de despesa de custeio, importâncias, superiores a 3% (três por cento) do total dos recursos provenientes de empréstimos externos e da contrapartida nacional, excluídas as despesas decorrentes dos encargos de consultoria.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão utilizados diretamente pela Comissão de Administração e por ela repassados às várias entidades executoras do PREMEM, mediante plano de aplicação previamente aprovado.

Art 12. O Regimento da Comissão de Administração será expedido por ato do Ministro da Educação e Cultura.

Art 13. As minutas de convênios e o resultado dos estudos previstos no § 2º do artigo 9º deverão ser aprovados pelo Ministro da Educação e Cultura e pelo Governador do Estado.

Art 14. O Regulamento do INDEP, de que trata o artigo 2º, § 1º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, deverá harmonizar o PREMEX com o mecanismo de financiamento de programas e projetos de ensino, estabelecido na referida Lei.

Art 15. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Publicado no DOU de 27.12.1968

ANEXO 2 – Ficha utilizada no Conselho de Classe Participativo com os alunos da

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

ANO: _____

Turma: _____

MODALIDADE: _____

1º Perfil da turma pelos alunos

- Pontualidade
- Produtividade
- Coletivo
- Postura
- Relação com sala-física

2º Relação professor X aluno

- Compreensão do conteúdo
- Significado e aprendizagem
- Responsabilidade
- Trabalhos criativos

3º Relação aluno X escola

- Até onde assume a escola

4º Sugestões

Assinatura Equipe Pedagógica

ANEXO 3– Ficha utilizada no Conselho de Classe Participativo com os professores da Escola A

ANEXO 4 – Ficha utilizada no Conselho de Classe Participativo da Escola B

Nome: _____ Série: _____ Turma: _____ Nº _____

PARECER DO ALUNO

--

PARECER DO PROFESSORES

PRINCÍPIOS	CRITÉRIOS	P	M	C	G	H	EA	EF	ER	I
AÇÃO DO ALUNO	ASSIDUIDADE									
	RACIOCÍNIO									
	COMPREENSÃO									
	TRANSFORMAR*									
INTERATIVIDADE	RESPONSABILIDADE									
	RESPEITO									
	COOPERAÇÃO									
PRODUTIVIDADE	TAREFA DE SALA									
	TAREFA DE CASA									
	ENTREGA DE TRABALHO									
	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS									
INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA	USO DO MATERIAL DISPONÍVEL (ALUNO)									
	AUTONOMIA									
PEDAGOGIA TECNOLÓGICA	O ALUNO TAMBÉM ENSINA									
	APRESENTA ENTUSIASMO									

* Resolver situações problemas com espontaneidade, criatividade

A - Continue assim.Parabéns. B - Está Bom, mas precisa melhorar. C - Que tal recomeçar tudo novamente

PARECER DOS PAIS

--

Nome: _____
Responsável

Assinatura: _____

ANEXO 5 – Ficha utilizada no Conselho de Classe Participativo do 3º bimestre da Escola B

